

Trabalho apresentado no 24º CBCENF

Título: TRAVESTIS E A BUSCA PELO ACESSO A SAÚDE NO SUS
Relatoria: Ana Iza Sousa silva
Vinicius André do Nascimento Silva
Autores: Layanne Barros do Lago
Lorena Lauren Chaves de Queiroz Bezerra
Izabel Sousa dos Santos
Modalidade: Pôster
Área: Dimensão ético política nas práticas profissionais
Tipo: Pesquisa
Resumo:

Introdução: Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, a saúde é um direito de todos e dever do Estado, mas quando se observa a assistência de saúde prestada à populações denominadas minorias sexuais e de gênero, é possível observar a falta de preparo profissional para o trabalho com pessoas transexuais e travestis nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo os profissionais pautando suas ações, muitas vezes, nos preconceitos e desrespeitos que alicerçam as discriminações sofridas por essas pessoas. A PNSI-LGBT reconhece que o preconceito e discriminação tornam a população LGBT vulnerável, deixando-a mais suscetível a violações de direitos em virtude da sua orientação sexual e da sua identidade de gênero. Assim, o combate à transfobia torna-se uma estratégia fundamental para a garantia da saúde, visto que transgêneros são comumente vítima de preconceitos e discriminação em diversos âmbitos sociais, incluindo a saúde. Objetivo: Identificar as dificuldades de acesso da população travesti aos serviços de saúde do SUS. Metodologia: Trata-se de uma revisão de literatura, do tipo exploratório com abordagem qualitativa, realizada com artigos disponíveis em bases indexadas de livre acesso publicados no período 2011 a 2020. Resultados: A partir da análise dos artigos selecionados, ficou evidente que o princípio mais basilar do SUS, a universalidade, não é assegurado quando o assunto é assistência à saúde da população travesti. Podendo ser comprovado a partir da leitura dos resultados dos artigos, onde em quase todos os casos, as participantes relataram ter vivenciado situações discriminatórias no Sistema Único de Saúde. Tal fato deixa claro a urgência de operacionalizar estratégias de inclusão das travestis ao SUS e de um trabalho efetivo na formação dos profissionais, voltados para o diálogo com o movimento social, campanhas de divulgação e a aproximação com o significado da vivência de ser travesti. Conclusão: conclui-se que ainda existem muitos desafios para garantir o acesso das travestis nos serviços de saúde do SUS, sendo emergente a organização das redes de atenção à saúde a fim de promover a inclusão da população travesti nesses diversos serviços de saúde, garantindo equidade na assistência e preparo dos profissionais de saúde para atendimento deste público em todos os níveis de complexidade do SUS.